



A HISTÓRIA EM QUESTÃO: A AFIRMAÇÃO DA PLAUSIBILIDADE CIENTÍFICA ATRAVÉS DE UMA VOLTA AOS CLÁSSICOS DO SÉCULO XIX¹

THE HISTORY IN QUESTION: THE AFFIRMATION OF SCIENTIFIC PLAUSIBILITY THROUGH A WAY BACK TO THE 19TH CENTURY CLASSICS

Sérgio Campos Gonçalves⁴

Organizado por Estevão de Rezende Martins, o livro *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX* escreve uma nova página do debate contemporâneo em torno dos pressupostos de cientificidade da disciplina da história. A obra propõe uma solução à crise pós-moderna do conhecimento histórico deflagrada pelas teorias narrativistas², como a de Hayden White, que inclui o ceticismo linguístico para se pensar o uso que os historiadores fazem da linguagem ao escrever a história, a partir da narrativa como elemento essencial do método e da experiência historiográfica.

White observa que a noção da representação histórica verdadeira, positiva e científica tem sua origem em meados do século XIX. Antes do início dos oitocentos, contudo, a historiografia era vista como um assunto próprio da teoria retórica, como um ramo do discurso oratório. A separação da historiografia da retórica teria se dado ao longo do século XIX, notadamente, com o movimento cientificista, através de um “duplo ataque à retórica, dos poetas românticos, de um lado, e da filosofia positivista, de outro”, o qual teria levado “ao desprezo geral da retórica por toda a alta cultura ocidental”. Nesse movimento, argumenta White, a “literatura” teria suplantado o discurso oratório, da mesma forma que a prática da “escrita” e da “filologia” teriam suplantado a retórica como ciência geral da linguagem. A partir daí, a questão teórica da escrita da história passou pela especificação da relação da história com a “literatura”, o que, no entanto, teria criado um problema insolúvel, dado que a literatura era normalmente pensada como produto misterioso de uma “criatividade poética” (WHITE, 1991, p. 24-25).

⁴ Doutorando em História pela Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho” (UNESP), Campus de Franca. E-mail: scamposgoncalves@gmail.com

¹ Resenha da obra MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). *A história pensada: teoria e método na historiografia europeia do século XIX*. São Paulo: Contexto, 2010. 1

² Cf. CHARTIER (2002); LaCAPRA (1985); RICOUER (1955, 1994); VEYNE (1998); WHITE (1992, 1994, 1995).

Entretanto, para White, o fato das obras clássicas da historiografia continuarem a ser valorizadas por suas qualidades “literárias”, mesmo depois de seu conteúdo informativo ter sido considerado ultrapassado e lhe ter sido atribuído a característica de lugares-comuns do momento cultural em que foram escritas, confirma-se o fato de que o conteúdo do discurso historiográfico é indistinguível de sua forma discursiva:

É verdade que, ao falarmos da natureza “literária” de clássicos da historiografia como os escritos por Heródoto, Tácito, Guicciardini, Gibbon, Michelet, Tocqueville, Burckhardt, Mommsen, Huizinga, Febvre ou Tawney, podemos muitas vezes estar pensando em seu status como exemplares de um estilo bem-sucedido de escrita. Mas ao designarmos sua obra como “literária” não estamos exatamente removendo do domínio da produção de conhecimento, e sim indicando, simplesmente, até que ponto se pode considerar que a própria literatura habita esse domínio, na medida em que ela também nos fornece modelos semelhantes de pensamento interpretativo (WHITE, 1991, p. 25).

Assim, os dois tipos de discurso, o literário e o historiográfico, mais se aproximariam que se distanciariam, pois, como ambos operam a linguagem, seria impossível traçar uma distinção clara entre a forma discursiva e o conteúdo interpretativo. Imprecisa, a diferença entre os discursos literário e histórico dever-se-ia ao fato de seus referentes básicos serem concebidos, respectivamente, mais como eventos “imaginários” que “reais”.

Também é interessante notar que Lawrence Stone detectava, na historiografia de sua época, uma espécie de retorno à retórica da prosa elegante do contar histórias (*story-telling*) “de Tucídides e Tácito à Gibbon e Macaulay”. Diante de um desgaste da explicação monocausal da mudança histórica amparada em determinismos econômicos, e com o reconhecimento da iniciativa do indivíduo no curso dos acontecimentos, em suas esferas cultural e emocional, cada vez mais os historiadores, de acordo com Stone, passavam a trabalhar com seu objeto privilegiando uma perspectiva descritiva, através da qual a narrativa histórica organiza o material de pesquisa em uma sequência cronológica e o apresenta como conteúdo em uma única trama, ao invés – e cada vez menos – de dispô-lo em um arranjo analítico, de perspectiva estrutural, em cujo foco está a circunstância e não o sujeito (STONE, 1979). A história em questão era: haveria um “retorno da narrativa”, o surgimento de uma “nova velha história”? Isso contribuiu para fomentar o debate em torno da narrativa histórica.

Ao se pensar o fazer historiográfico a partir de teorias narrativistas, criou-se um conflito com os pressupostos de cientificidade que estabeleceram a história como disciplina do conhecimento no século XIX, distanciando o historiador do cientista e aproximando-o do literato. Se, por um

lado, a propriedade narrativa da escrita da história suscitou questionamentos sobre a subjetividade e o caráter interpretativo do conhecimento histórico, evidenciando a relação complexa entre as fontes e a produção do discurso do historiador, por outro, a concepção da narrativa historiográfica, essencialmente como um constructo linguístico intertextual, imprimiu uma incômoda interrogação sobre as garantias de objetividade científica na análise dos fatos do passado. Isto é flagrante no livro *A história repensada*, de Keith Jenkins, para o qual o conhecimento histórico carrega fragilidades epistemológicas que impossibilitam ao historiador que a garantia de instrumentos metodológicos na produção de conhecimento objetivo e desinteressado (JENKINS, 2001).

O livro *A história pensada* levanta-se contra tal tipo de perspectiva ao afirmar a cientificidade da disciplina da história. A obra parte de um pressuposto: durante séculos, a ‘História (com H maiúsculo) teria oscilado entre estilos e objetos diversos, mas, com o advento da crítica racional a partir do Renascimento e com o surgimento e a consolidação do movimento iluminista no século XVIII, de acordo com Estevão Martins, “a História passou por uma espécie de repaginação teórica e metódica que culminou em sua cientificização”. Esse processo atravessou o século XIX e teria redundado “na consolidação e no êxito social da historiografia nesse século e no século XX”:

Essa virada se deu em um duplo e intenso debate: de um lado, com a arte de escrever e com o encanto literário do estilo. De outro, com os padrões de controle metódico requeridos pelo paradigma experimental das “ciências naturais”, dominantes na concepção mesma de conhecimento científico (MARTINS, 2010, p. 13).

Frente às teorias narrativistas que aproximaram o historiador do literato, Martins (2010, p. 10) demarca sua posição ao sentenciar que crônicas, fábulas, contos, tradições orais, memórias, anais, “ao se apresentarem como ‘história’, mesmo se não satisfazem o contrato metódico das pesquisas científicas, servem-lhes de fonte”, pois, “no caso do entendimento da História como uma disciplina metódica de pesquisa, com resultados intersubjetivamente controláveis”, um termo mais técnico, de historiografia, aplicar-se-ia para o produto narrativo. Em *A história pensada*, o historiador afasta-se do literato, demarcando sua distância, e (re)aproxima-se do cientista através da seguinte equação: “tema, autor e forma metódica de tratamento do assunto ensejam determinado grau de confiabilidade somente efetivado na História como ciência – ao menos no âmbito dos paradigmas de plausibilidade amplamente adotados hoje em dia”:

História como ciência, cujos resultados historiográficos são expressos em narrativas que encerram argumentos demonstrativos articuladores da base empírica da pesquisa e da interpretação do

historiador em seu contexto. A historiografia, assim, encerra em si as características de ser empiricamente pertinente, argumentativamente plausível e demonstrativamente convincente (MARTINS, 2010, p. 10).

Opera-se, de fato, uma inversão da lógica narrativista, pois, no lugar da narrativa como um fator inversamente proporcional à objetividade científica, a relatividade subjetiva e social das narrativas é incluída a outros fatores – o questionamento da verdade, a aptidão a conhecer, a demonstrabilidade de asserções, o caráter lacunar das bases empíricas de informação, a relevância do saber histórico para a vida prática, etc. –, os quais teriam um pertencimento ontológico ao cotidiano do fazer histórico e da busca de sua plausibilidade. Ao invés de negar o caráter narrativo e subjetivo da historiografia e do historiador, apresenta-se uma perspectiva que o incorpora naturalmente ao conhecimento histórico, como sua especificidade em relação ao modelo das ciências exatas e sem o prejuízo de macular a chancela de disciplina científica (MARTINS, 2010, p. 8-10).

Essa solução para a crise pós-moderna da cientificidade da história, em grande medida, é tributária da proposta de Jörn Rüsen, que articula as categorias racionalidade e narrativa, bem como razão e imaginação, orientação prática e admiração estética, buscando integrá-las a uma nova racionalidade histórica, na qual a estrutura narrativa e o processo de evocação histórica prescindem da reformulação dos critérios de razão, método e argumentação. Desse modo, segundo a proposição de Rüsen, o narrativo promove uma aproximação inevitável da história ao literário, mas, em contrapartida, o conhecimento histórico se distancia das arbitrariedades opinativas graças a seus critérios de objetividade (RÜSEN, 2001).

Produzida por Estevão Martins e mais oito colaboradores³, a antologia retoma tratados clássicos, do século XIX e da primeira metade do século XX, para evidenciar uma evolução da historiografia em sua “fundamentação metódico-documental, basilar para a disciplina ‘acadêmica’ contemporânea”, dado que, segundo Martins, “a análise dos progressos da historiografia em nosso tempo deve ser feita mediante o contraste com o século XIX, sem o qual não se pode perceber o alcance das mudanças ocorridas no século XX”:

A importância marcante do século XIX para os fundamentos da disciplina da historiografia em seu estado atual deve-se a um fenómeno único, de desdobramentos complexos: o abandono das concepções relativas à investigação e à escrita da história que formaram a tradição europeia praticamente desde o Renascimento e talvez mesmo desde a Antiguidade clássica. As diversas escolas e correntes historiográficas do século XIX coincidem pelo menos em um

³ Arthur Assis, Cássio da Silva Fernandes, Deborah Scheidt, Luiz Sérgio Duarte, Pedro Caldas, Renato Lopes, Sérgio da Mata e Valdeci Araújo.

ponto: deixam de considerar a história como uma crônica baseada nos testemunhos legados pelas gerações anteriores e entendem-na como uma investigação, pelo que o termo “história” recupera seu sentido originário em grego (MARTINS, 2010, p. 11).

Tal volta aos clássicos busca apreender o movimento da reflexão a qual “definiu os parâmetros metódicos estipulados como obrigatórios para que a história se enquadrasse no que se tinha, então, por padrão de ‘ciência’” (MARTINS, 2010, p. 11).

A coletânea reúne dez dos autores clássicos que participaram da transformação da historiografia em ciência no século XIX. Ao mesmo tempo em que flertaram com a elegância estilística e o convencimento retórico, esses clássicos da historiografia estiveram imersos em seus contextos formais de técnicas de pesquisa e de formação profissional, paralelamente ao envolvimento em missões patrióticas de constituição da nacionalidade ou do Estado. De acordo com Martins, a obra de tais pensadores ilustra a trajetória “do esforço de dar à História como ciência suas credenciais de nobreza acadêmica, de confiabilidade metódica, de plausibilidade argumentativa, de relevância político-social e cultural” (MARTINS, 2010, p. 10).

A história pensada oferece uma reconstituição de parte do itinerário da consolidação do pensamento histórico como ciência, através acesso à obra de Thomas Carlyle, Johann Gustav Droysen, Ernst Bernheim, Wilhelm von Humboldt, Theodor Mommsen, Karl Lamprecht, George Macaulay Trevelyan, Jacob Burckhardt, Leopold von Ranke e Henry Thomas Buckle, estrategicamente escolhidos para levar o leitor ao percurso de estruturação dos modelos de conhecimento histórico e de sua repercussão. As traduções dos textos originais estão distribuídas em capítulos introduzidos por ensaios preparados pelos colaboradores, os quais permitem ao leitor contextualizar os clássicos e avaliar a relevância de suas obras para o conhecimento histórico. Juntamente com o livro *Lições de história: o caminho da ciência no longo século XIX*, obra de proposta análoga organizada por Jurandir Malerba (2010), o livro *A história pensada* é representativo da produção recente dos pesquisadores brasileiros de grupos de pesquisa que se debruçam sobre o assunto e da Sociedade Brasileira de Teoria e História da Historiografia.

Referências

CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Trad. Patrícia Chittoni Ramos. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2002.

JENKINS, Keith. *A história repensada*. Trad. Mario Vilela. Revisão Técnica de Margareth Rago. São Paulo: Contexto, 2001.

- LaCAPRA, Dominick. History and criticism.** New York: Ithaca, 1985.
- MALERBA, Jurandir (org.). **Lições de história:** o caminho da ciência no longo século XIX. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.
- MARTINS, Estevão de Rezende. O renascimento da História como ciência. In: _____. (Org.). **A história pensada:** teoria e método na historiografia europeia do século XIX. São Paulo: Contexto, 2010.
- RICOUER, Paul. **História e verdade.** Trad. F. A. Ribeiro. Rio de Janeiro: Companhia Editora Forense, 1955.
- RICOUER, Paul. **Tempo e narrativa,** I. Trad. Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papirus, 1994.
- RÜSEN, Jörn. **Razão histórica.** Teoria da história: fundamentos da ciência histórica; trad. de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 2001.
- STONE, Lawrence. The Revival of Narrative: Reflections on a New Old History. **Past & Present.** Oxford, UK: Oxford University Press, v. 4, n. 85, p. 3-24, nov. 1979.
- VEYNE, Paul. **Como se escreve a história.** Foucault revoluciona a história. Trad. de Alda Baltar e Maria Auxiliadora Kneipp. 4ª ed. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1998.
- WHITE, Hayden. **El contenido de la forma:** narrativa, discurso y representación histórica. Barcelona: Paidós, 1992.
- WHITE, Hayden. **Meta-história:** a imaginação histórica do *século XIX*. Trad. José Laurênio de Melo. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1995.
- WHITE, Hayden. Teoria literária e escrita da história. **Estudos Históricos / CPDOC.** Rio de Janeiro, vol. 7, n. 13, p. 21-48, 1991.
- WHITE, Hayden. **Trópicos do discurso:** ensaios sobre a crítica da cultural. Trad. Alípio Correia de França Neto. São Paulo: Universidade de São Paulo, 1994.

Resenha recebida em 08/05/2011 e aceita para publicação em 02/06/2011